

A GEOGRAFIA POLÍTICA E AS MUDANÇAS PROVOCADAS PELA GLOBALIZAÇÃO¹

Jean MOLINARI²

RESUMO

Neste artigo buscaremos compreender um pouco das transformações pelas quais o mundo vem passando, a partir das quatro últimas décadas, sob a ótica da Geografia Política e das estratégias geopolíticas. Falaremos também da relação entre essa especialidade da ciência geográfica com o mundo atual, levando em consideração os seguintes temas: GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE; e AVANÇO TECNOLÓGICO - informação, mídia e poder, visto que para compreendermos parcialmente a complexidade do mundo atual será necessário delimitarmos esses aspectos analisados pela Geografia Política.

GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE

Neste artigo, buscaremos compreender o quanto o nosso planeta se tornou complexo no contexto da globalização. Para tanto, inicialmente apoiaremos-nos em dois autores: Font; Rufi (2006) para compreendermos tal complexidade.

Os anos 90 foram marcados por um novo processo de desenvolvimento econômico capitalista em escala global. Agora sem interferência do bloco socialista liderado pela URSS. As barreiras que impediam a circulação do capital também não existem como no período da Guerra Fria. Nos anos 90, fala-se de uma Nova Ordem Multipolar. O poder é dividido a outros autores no cenário global, como o Japão e a Alemanha; e outros de “menor escala”, conforme afirmam Font; Rufi (2006). É neste contexto de reorganização da Geografia Política e Econômica dos Estados-Nações,

¹ Este trabalho é oriundo da pesquisa realizada a partir da minha dissertação de mestrado, denominada com o seguinte título: Geografia Política e Geopolítica: a visão dos alunos da cidade de Goiás construída a partir do livro didático de geografia.

² Professor da Unidade Universitária Cora Coralina – Universidade estadual de Goiás. Mestre em Geografia.

juntamente com a flexibilização das fronteiras em prol da circulação de capitais, mercadorias e serviços, que essa nova fase passa a ser conhecida também como globalização da economia.

Paras os autores, explicar o mundo contemporâneo na atualidade a partir da Geopolítica é uma questão muito complexa. No século passado, as relações internacionais eram em seu contexto mais previsíveis. Hoje, vários atores entraram em cena no cenário global, como por exemplo, os Estados – nações, que dividem o poder principalmente com os grandes conglomerados e outras instituições de menor peso.

Mesmo que complexa, pensava-se que essa Ordem Mundial seria marcada pela progressiva dissolução dos fenômenos nacionalistas e regionalistas, mas ao contrário do que acreditavam muitos, Font; Ruffi (2006, p.32) argumentam que “a realidade contemporânea nos mostra uma exuberante e prolífica manifestação de nacionalismos de Estado e Sub-estatais, de regionalismos e localismos, exatamente em um momento de máxima integração mundial em todos os sentidos”.

Esse fato indica-nos que há um paradoxo entre a idéia de globalização, que é “globalitária”³ (CROCETTI, 2000) com o desejo de muitas nacionalidades de preservação de suas identidades e suas culturas, o que indica haver um movimento contrário de preservação das identidades. Isso nos aponta para o surgimento com mais intensidade de conflitos em todos os cantos do planeta. A indústria da guerra, estrategicamente, desmobiliza nações inteiras e enriquece os países e empresas. Isso torna os países em conflito alvos fáceis da globalização.

Sobre esse processo de globalização, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) são constantemente palcos de manifestações e protestos. Segundo Font; Ruffi (2006, p. 33), isso se deve a “um amplo e heterogêneo grupo de ativistas”, contrários às crescentes desigualdades, à concentração de poder e às decisões que favorecem os grandes conglomerados econômicos e tecnológicos que dominam o mundo.

Esses protestos ampliam-se, principalmente, com os eventos que implicam a criação dos grandes mercados, arquitetados pela Organização Mundial do Comércio

³ Esse autor entende que a Globalização é um processo autoritário e antidemocrático, daí a expressão globalitária.

(OMC), pois, segundo os manifestantes anti-globalização, não se buscam junto aos acordos comerciais nenhum tipo de integração política, social ou institucional, no estilo da União Européia, que já atingiu todos os estágios de integração (política, social, econômica e institucional). O principal interesse da OMC é a criação de blocos econômicos, como por exemplo, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que corresponde aos interesses das grandes multinacionais em detrimento ao direito dos trabalhadores e principalmente “contra o meio ambiente” (CROCETTI, 2002).

Ainda sobre o mesmo processo, os autores já citados apontam que deveríamos evitar a confusão entre o conceito de globalização com dois outros surgidos anteriormente: a internacionalização e a transnacionalização, pois, conforme Font; Rufi (2006, p.35),

[...] por internacionalização, entendemos a crescente inter-relação de economias e políticas nacionais através do comércio internacional. Por transnacionalização, a crescente organização da produção transfronteiriça por parte de organizações de âmbito supranacional. A globalização não é nem uma coisa, nem outra, ainda que englobe ambas.

Como se vê, a globalização é um fenômeno novo em relação aos outros dois conceitos e requer um estudo mais aprofundado. Para os autores, ela indica ainda que

[...] vai muito mais além de uma mundialização das relações econômicas. Abraça inevitavelmente todo um amplo leque de aspectos da nossa realidade circundante e da nossa vida cotidiana que, direta ou indiretamente são afetados por ela: a geopolítica, a universalização de determinados idiomas, as culturas em seu sentido mais amplo (preferências estéticas, movimentos artísticos, indumentário e vestuário, hábitos de consumo), e inclusive a homogeneização de algumas paisagens especialmente as ocidentais. (FONT; RUFÍ, 2006, p. 36)

Nesse contexto, esse processo desencadeia mudanças em todas as escalas da vida humana, graças ao apoio de uma incessante revolução tecnológica que redireciona, mesmo com os movimentos de preservação das nacionalidades e do meio ambiente, a maneira de produzir, viver e governar. Pelo grau de interdependência entre as nações, determinadas decisões tomadas em um extremo do planeta podem ter conseqüências imediatas no outro extremo ou em vários lugares ao mesmo tempo. Um exemplo desse fato foi à queda da bolsa de valores dos países do sudeste asiático, em 1997.

Castro (2005) resgata, para a atualidade, os significados da importância da Geografia Política, bem como os campos de sua atuação nas diferentes escalas global, nacional e local, para além de uma visão reducionista e tradicional. Castro (2005, p.17) entende que, no contexto da globalização,

[...] o ressurgimento dos nacionalismos, o aumento da circulação internacional de mercadorias e de mão-de-obra e o maior controle das fronteiras, o esmaecimento das regiões e o renascimento dos regionalismos, a expansão da democracia e a intensificação da pobreza, o fortalecimento dos movimentos sociais e dos direitos da cidadania e a ampliação da exclusão são significativos da importância da Geografia Política.

Como se vê, o campo de atuação dessa disciplina pode nos ajudar a compreender os desafios impostos ao mundo contemporâneo, bem como nos auxiliar a compreender qual o papel da geografia frente à espacialização da política que se globaliza. Sobre a Geografia Política, Smith, citado por Castro (2005, p.28) informa que “há, porém, na própria disciplina, ressalvas ao caráter economicamente reducionista dessa perspectiva teórica e às suas limitações frente às múltiplas e complexas escalas dos fenômenos da geografia política” para se compreender as ligações entre globalização, Estado-nação e lutas locais. Castro (2005, p. 36) justifica que essa complexidade “reside justamente na visibilidade, e na aceleração dos tempos, dos ritmos e dos interesses que se movem de modo assincrônico em diferentes escalas”. Esses interesses, ligados aos diferentes graus de poder, talvez representem a grande dificuldade da Geografia Política em compreender em que escalas os fenômenos políticos estão se territorializando.

Sobre a Globalização, Castro (2005) aponta para a importância da análise do sistema internacional contemporâneo a partir da escala global. A autora define que “não é mais possível analisar o mundo sob quaisquer dimensões, sem referência ao fenômeno” (CASTRO, 2005, p.214) e, em particular, a escala do fenômeno. Para tanto, busca compreender os efeitos das mudanças ocorridas na política, o seu espaço e os “problemas” decorrentes da globalização. Argumenta a autora:

[...] Este processo, na realidade, não é recente, e a maioria dos pesquisadores está de acordo, mas acelerou-se após a década de 1970 com os avanços tecnológicos aplicados à informática e às telecomunicações e a maior disponibilidade do seu uso nas muitas esferas da vida social. (CASTRO, 2005, p. 215).

O uso das novas tecnologias propiciou mudanças substanciais na organização do espaço e das sociedades. Todo esse desenvolvimento tecnológico fez surgir novas questões para a Geografia Política. A tecnologia facilitou sua circulação de capital em escala global. Isso ampliou o poder das grandes corporações e, conseqüentemente, do comércio mundial. Estabeleceram-se, assim, novos horizontes para a geografia e alguns deles podem ser: a sociedade, a política, a economia e a informação organizada em redes, analisadas por Castells (2000).

Um dos problemas observados por Castro (2005) é a falta de clareza conceitual sobre o termo Globalização e a influência de seus respectivos significados, vista quase que exclusivamente do ponto de vista econômico, conjuntamente com a idéia de perda de soberania dos Estados-nações, em relação a qual, Font; Ruffi (2006) não concordam.

Sobre isso, questiona-se: até que ponto os Estados-Nações estão perdendo o poder sobre os seus próprios territórios? Os governos “flexibilizam” suas fronteiras para se adequarem e melhorarem a competitividade frente à revalorização do território e o capital globalizado, afirmam os autores. Até que ponto os Estados continuarão exercendo o poder sobre os seus territórios? Acreditamos que os Estados-Nações, ao contrário dos que pregam o seu fim, ainda comandam grande parte das suas instituições administrativas. Sobre esse assunto, Castro (2005, p. 238) nos auxilia complementando:

São as intervenções do governo que produzem efeitos duradouros sobre a vantagem competitiva das nações quando direcionadas para melhorar a competitividade sistêmica, na medida em que criam um ambiente mais favorável para a operação das empresas: melhoria na infra-estrutura social e econômica, qualificação dos recursos humanos, sistema de funcionamento e tributário, estabilidade política.

Portanto, mesmo com a grande liberdade em que se encontra o capital para ir e vir, sem o papel dos Estados como agentes articuladores do desenvolvimento econômico, aqueles que criam as condições para atrair novos capitais, dificultaria a ação dos agentes econômicos, pois esses agentes se apóiam ainda nos aparatos institucionais dos países. O Estado ainda não chegou ao seu fim como acreditavam alguns teóricos da globalização, segundo a autora, mas teve que se adaptar às imposições do capital frente aos processos que impõem à desregulamentação e a fragmentação dos meios produtivos, para, segundo o que acreditamos, sobressair diante dos mercados bastante competitivos.

Para Font; Rufi (2006), o Estado ainda continua a exercer o poder político, mas, com a globalização, parte de sua soberania é deslocada para outros setores, como as empresas privadas - Multinacionais e Transnacionais -, as novas Organizações Não-Governamentais (ONGs). A soberania estatal, poder ou autoridade suprema que não deve sua validade a nenhuma ordem superior, comentam os autores, sofreu um desgaste devido ao aprofundamento da integração econômica. Essa perda de soberania foi uma forma de se “adaptarem às demandas de eficiência do novo sistema mundial e também, paradoxalmente, como estratégia de sobrevivência” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 107), uma vez que, com a liberalização da economia, os setores estatais perderam a capacidade de controle dos movimentos de capital e mercadorias, sendo obrigadas a flexibilizarem o poder sobre território e suas instituições. Os autores ainda comentam:

[...] seria errôneo interpretar esta perda de controle como resultado de uma cessão involuntária de soberania, ou uma concessão dos Estados diante da pressão da competitividade em escala mundial. Contraditoriamente, os Estados participaram ativamente da abertura dos mercados comerciais e financeiros, bem como da descentralização da produção, já que isso era fundamental para não ficar à margem dos processos de reforma econômica global que provocam exclusões políticas, sociais e econômicas radicais. (FONT; RUFÍ, 2006, p. 109).

Sobre o que foi exposto, salientamos que os Estados e suas ações não são homogêneos, ao participarem da abertura e integração dos mercados. Muitos Estados, contudo, deram início, a partir dos anos 80 e 90 às políticas de atração de investimentos e de privatizações, a fim de captarem o máximo possível o capital e adaptarem-se às novas exigências dos mercados efetivamente neoliberais. Fica claro que, enquanto alguns Estados participaram com objetivos já estabelecidos e definidos, outros foram obrigados a participarem pressionados pelas receitas prescritas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Isso para efetivar, segundo Pires (2001, p. 160), “[...] o processo de adaptação ou ajuste destas economias à era da globalização do qual não surtiu o efeito esperado e, pior, agravaram as contradições já existentes na ‘saúde’ econômica e social desses países”.

Assim, as receitas impostas como as privatizações, desregulamentações nas relações de trabalho, os cortes nas áreas de educação e saúde, os programas de isenção fiscal, a instituição do Estado Mínimo, fazem parte do projeto globalizante, custe o que custar. Sobre esse ponto, Pires (2001, p.160) mostra que

no Brasil, as políticas de ajuste econômico definidas pelas instituições multilaterais levaram ao colapso da matriz energética. Os impactos desses receituários se traduzem numa realidade fria, crua e perversa de agravamento dos problemas sociais e de transferência do excedente social criado pela sociedade para a esfera do interesse empresarial transnacional.

Ora, parece haver dois tipos de globalização, uma para quem detem o poder do capital e quer cada vez mais a sua ampliação, sem nenhum tipo de barreira; e outra que acreditamos ser a face cruel do processo que mutila o desenvolvimento social na América Latina, África, Ásia e até em muitos países desenvolvidos. No bojo desse processo de empobrecimento, há uma grande disparidade entre as políticas de desenvolvimento econômico, com relação ao desenvolvimento social nos países com grandes dívidas externas, ou em via de “genocídio econômico”, como afirma Chossudovsky (1999)⁴, em prol do mercado.

As reformas e as políticas de austeridade fiscal para os países em desenvolvimento, impostas pelo FMI e BM, desencadearam, a partir da década de 1980, o empobrecimento de uma população que chegou ao número de “oitenta milhões só na América Latina”, conforme Chossudovsky (1999). O referido autor avalia os impactos das políticas macro-econômicas e seus resultados perversos, ao expor que as instituições de *Bretton Woods*, o FMI e o BM, desempenharam papel relevante de transferência das dívidas públicas e privadas dos países desenvolvidos para os não desenvolvidos. Essas instituições impuseram a desvalorização das moedas locais e, em contrapartida, a supervalorização do dólar, que fez com que as dívidas externas se avolumassem, aumentando o grau de dependência dos países em desenvolvimento. Esse fato nos leva a compreender que o enfraquecimento de muitos Estados-Nações, bem como a perda de parte da soberania, está submetido aos serviços da dívida externa e ao sistema financeiro internacional. Para Chossudovsky (1999, p. 27), “essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente [...]”. Esses temas desencadearam muitos protestos e passeatas, já questionados pelas ONGs, grupos anti-globalização e debates no Fórum Social Mundial.

⁴ Professor de Economia da Universidade de Ottawa e pesquisador do Centro de estudos de Áreas em desenvolvimento da Universidade McGill, de Montreal.

Outro ponto abordado por Chossudovsky (1999) são as causas reais da fome e dos conflitos étnicos culturais nos países africanos, Somália e Ruanda. Ele nos mostra que as receitas para a reestruturação econômica desses países seguiram as imposições do FMI e BM, às quais já nos referimos. A economia agrícola desses dois países, e muitos outros, foi orientada a produzir para o mercado externo. Esse fato destruiu o sistema de produção para a subsistência. Outros fatos nos ajudam a compreender essa situação: a ajuda alimentar aos países africanos castigados pela seca; a desvalorização do *shilling* (moeda Somali); e o influxo da ajuda alimentar. Sobre a reestruturação econômica da Somália, Chossudovsky (1999) mostra os seus efeitos e aponta os resultados das políticas macro-econômicas, que atendem aos interesses do mercado global.

O programa do FMI – Banco Mundial colocou a economia somali em um círculo vicioso: a dizimação dos rebanhos levou aos criadores nômades à fome; esta, por sua vez, repercutiu nos produtores de grãos, que vendiam ou trocavam seus grãos por gado. Todo o tecido social da economia da pecuária foi desmanchado. O colapso na entrada de divisas estrangeiras, decorrente da queda das exportações de gado e das remessas afetou a balança de pagamentos e as finanças públicas do Estado, ocasionando a interrupção dos programas econômicos e sociais do governo. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 93)

Com a situação descrita acima, a população ficou mais pobre. Esse fato, nos anos de 1990, colaborou para o surgimento de conflitos civis tão noticiados pela mídia. As “causas” oficiais para o problema foram a seca, a desertificação, as enchentes (que destroem as plantações) e a guerra civil, considerada pelos órgãos de imprensa a principal responsável pela situação de fome. Será por que o FMI e BM não foram responsabilizados?

Com as guerras civis “patrocinadas” pelos países desenvolvidos fica muito fácil dispor das armas obsoletas, mesmo no câmbio negro, fato que gera mais conflitos, dependência financeira e a quase ruína de muitos Estados-Nações subdesenvolvidos, sem falar que as intervenções militares, principalmente norte-americanas, promovem verdadeiras chacinas para impor sua ordem capitalista em nome da democracia e da paz (CHOMSKY, 2002). Chossudovsky (1999, p. 96) confirma as conseqüências dos países que aderiram aos receituários das instituições financeiras:

[...] na era da globalização, o Programa de Ajuste Estrutural (PAE) do FMI e do Banco Mundial está diretamente relacionado com o processo de geração de fome porque solapa sistematicamente todas as categorias de atividade econômica, urbanas ou rurais, que não sirvam diretamente aos interesses do mercado global.

Observa-se que essas duas instituições estão comprometidas com os interesses das grandes empresas que, por ventura, tiram de circulação os processos produtivos tradicionais que não atendem às exigências dos mercados global e local, sucateando assim os meios produtivos tradicionais. Podemos dizer que a destruição ou a reorganização das economias de muitos países geram a pobreza e a fome, possivelmente, o fator gerador de muitas guerras civis e da fragmentação do poder em todas as escalas (CASTRO, 2005) dos territórios a diferentes atores (FONT; RUFÍ 2006) como especuladores financeiros; comerciantes de armas; narcotraficantes; terroristas e máfias. Enfim, com a globalização, alguns Estados perdem parte dos poderes legitimados historicamente. Para Font; Ruffi (2006, p. 158), “estes grupos criminais organizados acumulam tanto poder que chegaram a hipotecar a ação de governo de alguns Estados, como a Tailândia, a Bolívia, a Colômbia, o México, a Rússia e as Repúblicas Soviéticas.” Tais autores acreditam que esses grupos constituem o lado obscuro da globalização. Expõem que

[...] a soberania estatal, já diminuída no mundo todo pelo efeito dos processos da globalização, se vê ainda mais desgastada nos Estados, como o colombiano, onde o crime com uma clara base local, organizou-se em escala global, ignorando completamente todo o tipo de regulamentação jurídica e driblando com facilidade, graças a sua enorme flexibilidade as rígidas estruturas estatais. (FONTE; RUFÍ p.162 e 163).

Como se vê, outras esferas de poder não-legalizadas juridicamente ampliam-se da escala nacional para a escala global. Esse campo de atuação é facilitado principalmente pelas novas tecnologias da informação e da circulação, favorecidas pelo mercado bilionário da drogas. Os grupos criminais, cada um segundo sua escala de influência, impõem sua ordem, como acontece nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Quem realmente controla esses espaços que estão sob o comando do sistema administrativo político? Qual o papel da Geografia Política como ramo da Geografia, frente a tantas mudanças de ordem política que alteram as relações de poder no mundo? Acreditamos, segundo a atual ordem global, que há um acirramento contínuo e cada vez mais

complexo de todos os tipos de relações, independente da escala, daqueles que buscam o poder para concretizarem os seus variados objetivos.

Respondendo previamente a questão feita à Geografia Política, nosso argumento tem como base a idéia de escala desenvolvida por Castro (2005). Para ela, as diferentes escalas (globais, nacionais, regionais ou locais) apresentam fenômenos políticos significativos. Esses fenômenos não se confinam a uma ou outra escala, cabendo à Geografia Política delimitar em que escala será analisada tal fenômeno. Para a Castro (2005, p. 86), “na complexidade do mundo atual, a Geografia Política não pode ignorar que a escala é a medida que confere visibilidade aos fenômenos, sendo uma estratégia de apreensão da realidade, na impossibilidade de apreendê-la in totum”. Então, cabe à Geografia Política delimitar em que escala será analisado o fenômeno para compreendê-lo.

O papel da Geografia Política é tentar compreender e identificar como os fenômenos políticos ocorreram e ocorrem em suas múltiplas escalas; como eles se territorializam; como são produzidos; como recortam os espaços sociais, políticos, culturais e econômicos, enfim, o objeto da Geografia Política são os espaços políticos “inerentes às definições de cada uma das duas categorias – política e espaço – e inerentes também à tarefa de pensá-las de forma associada”, conforme Castro (2005, p. 92). Cabe, então, a essa subdisciplina buscar respostas e investigar a dimensão espacial dos fatos políticos, desde a escala local até a global, para explicar em que condições se estruturam as relações políticas.

AVANÇO TECNOLÓGICO – informação mídia e poder

Acontecimentos e fatos que aparecem no cotidiano por meio das mídias integram-se à Geografia Política Global. Graças ao grande avanço das tecnologias aplicadas aos meios de comunicação e circulação, o mundo é visto pela ótica dos meios jornalísticos, e midiáticos, que transmitem informações, via satélites, para todos os países, quase sempre em tempo real. Segundo Pinheiro (2006, p. 80),

[...] as influências do domínio da informação e da comunicação extrapolam o plano econômico e político, gerando novas possibilidades de expressão e de linguagens cotidianas, interagindo com as pessoas; alterando a percepção da realidade e da atualidade. As conjunções destas novas tecnologias refletem no âmbito educacional, sobretudo exigindo dos educadores novas estratégias para levar seus alunos à reflexão e ao uso destes recursos.

Essas idéias nos fazem pensar que a educação deve ser repensada, segundo as novas possibilidades que os meios informacionais podem oferecer, frente aos desafios que os professores têm de educar seus alunos com um elevado número de informações que circulam todos os dias.

Durante a Guerra Fria, Os Estados Unidos exploraram bastante o recurso da mídia para impor o modelo capitalista de mercado, frente a ameaça socialista. Para tal, faziam-se dentro e fora de seu território todos os tipos de propaganda contra o suposto “inimigo vermelho” (a União Soviética). Essas propagandas serviam aos seus interesses, pois justificavam a cobrança de altíssimos impostos da população, que seriam revertidos em gastos militares, como por exemplo, o programa Guerra nas Estrelas, o Programa Nuclear e ajuda aos países aliados.

Podemos dizer que, no contexto da disputa, as duas superpotências desenvolveram tecnologias sofisticadas, principalmente na área das comunicações. O computador foi e ainda é um instrumento tecnológico importante na disputa pela hegemonia do poder, pois ele tem a capacidade de armazenar, processar e fazer circular uma variada gama de informações estratégicas sobre os espaços para controlá-los.

Na época da Guerra Fria, armazenar e processar informações sobre os “inimigos” era estratégico para os militares, fato que explica que a corrida armamentista também foi uma corrida pelo desenvolvimento tecnológico e pela obtenção de informações sobre os países. A guerra de 1991, no Iraque, por exemplo, evidenciou, a partir das imagens e dos equipamentos bélicos de ponta, o poder estratégico tecnológico a serviço dos Estados, principalmente, os norte-americanos.

Por entendermos que a mídia aliada ao desenvolvimento das tecnologias é um dos instrumentos de controle e dominação das sociedades, acreditamos que as informações midiáticas e os órgãos de imprensa em geral, que transformam fatos em notícias, atendem aos vários interesses dos Estados Nacionais, empresas globais e várias instituições, até as criminosas. Optamos, nesta parte do artigo, aflorar o papel que os

meios midiáticos desenvolvem na constituição e conformação de imagens do mundo, porque, por essa via, a Geografia Política também é construída e constantemente noticiada, além de reconhecermos que uma das estratégias do setor midiático é reconverter “discursos geopolíticos em discursos jornalísticos (e vice-versa)” (STEINBERGER, 2005, p. 270).

Sobre esse assunto, perguntamos: quais são os temas da Geografia Política que mais circulam nos meios midiáticos? Os dos Estados? Os das empresas? Dos grupos terroristas? Sabemos que o poder das novas tecnologias facilita a divulgação e circulação das informações, em relação aos interesses políticos, econômicas e sociais.

Todos os dias recebemos uma quantidade enorme de informações e não paramos para pensá-las, digeri-las, assim, com o que recebemos vamos construindo uma imagem de mundo especialmente pela ótica dos meios midiáticos. Essa relação estabelecida pode desencadear uma dependência, em que os fatos só adquirem sentidos porque eles são produzidos. Steinberger (2005, p. 19) indica que

é no próprio espaço da mídia que se estabelece o valor social de uma imagem de mundo como informação e como resposta, isto é, qual valor a sociedade irá consignar a essa imagem de mundo numa situação de troca. Isso se dá porque a mídia legítima, de um lado, o indicado para responder à pergunta, assim como sua resposta. De outro lado, legítima também a pergunta e o perguntador. Desse modo, controla os meios de produção de sentido e valor da informação tanto na fonte quanto na inserção numa prática social.

Segundo o que foi exposto acima, podemos questionar: qual é o interesse do espaço midiático em controlar os sentidos e as significações e a interpretação dos fatos? Quem ganha com esse exercício da informação no âmbito dos espaços políticos?

A mídia atua em todas as escalas, desde a global até a local, mais propriamente em rede, nos espaços informacionais, de acordo com a idéia de Espaços Luminosos, proposta por Santos (1996), o qual os define como espaços que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas.

Podemos dizer que a circulação das informações em todo planeta atende aos interesses hegemônicos dos Estados desenvolvidos e do capital, que aqui ultrapassam as fronteiras de todos os Estados-Nações, onde os espaços estão conectados aos sistemas eletrônicos de informação e comunicação, ou seja, onde há recepção das transmissões. Esse fato indica que há espaços comandados por esferas de poder que produzem e transmitem a informação. Será porque quando do ataque do *World Trade Center*, as imagens foram divulgados milhares de vezes? Com que finalidade?

Steinberger (2005) nos responde que foi uma forma de convencer a opinião pública para punir os terroristas do Afeganistão, sem a aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU). Percebe-se que a Geografia Política mundial é delineada por discursos geopolíticos noticiados pela mídia, que impõem à versão dos fatos, que são convenientes à suas práticas políticas. Quem realmente foi o inimigo: Osama Bin Laden ou o Estado afegão? Se é que existe ou existiu realmente um inimigo.

Desde a Guerra do Golfo, de 1991, ano do desmoronamento da União Soviética, o mundo vem passando por um reordenamento internacional comandado pelos Estados Unidos e seus aliados. Se, por um lado, a mídia do mundo ocidental festejou a dissolução do império vermelho, por outro, a mídia no Iraque, divulgou cenas (como se fossem jogos de vídeo-game) espetaculares de uma guerra que, na época, dizia-se “cirúrgica”, mas, na verdade, o que se operava era uma faxina étnica e a desterritorialização dos iraquianos. Não é só isso, a mídia iria cumprir um outro papel vinculado aos interesses das indústrias armamentistas – divulgar o potencial tecnológico das armas de última geração, que seriam vendidas no mercado e o quanto as armas convencionais soviéticas, vendidas aos iraquianos, estavam obsoletas. De qualquer forma, o que se presenciou, a partir do Golfo, foi a criação de uma imagem de mundo, Uma Nova Ordem Bush Pai, consolidada pela imprensa. Steinberger (2005, p.24) vai mais além ao dizer que a nova ordem internacional [...] é uma ordem internacional midiática. É a indústria cultural e os meios de comunicação de massa que tem o poder de configurar mentalidade e, portanto, o apoio social necessário à consideração do projeto de qualquer liderança internacional.

Essa nova ordem midiática, segundo a autora, é caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico que vem tomando conta dos espaços dominados pela ciência. Afirma Steinberger (2005, p. 24) que “as novas tecnologias comunicacionais

superam qualquer outro sistema de referência na capacidade potencial para o controle social”. As novas tecnologias, contudo, também se servem de instrumento, não só aos que detêm o poder político e econômico já instituído legalmente, mas também aos movimentos sociais globalizados, pois as manifestações e o próprio discurso desses movimentos são divulgados, a partir das coberturas jornalísticas, apesar de contrariarem muitos. Em relação a isso, Steinberger (2005, p. 27) refere-se à mídia como “batalha das ideologias geopolíticas” e acrescenta:

Seu papel na formação de uma opinião pública internacional revela-se cada vez mais importante, como bem mostra a atual mobilização contra a guerra do Iraque através de passeatas e demonstrações populares por todo o mundo. Sem a mídia, tais movimentos não encontrariam tão rápida e eficazmente seu espaço de disseminação [...]

Com a globalização, os meios técnico-científicos informacionais propiciam meios para que esses movimentos contestem a sua ordem, e a *Internet* desenvolve um papel decisivo na disseminação de tais movimentos, pois ela funciona sem fronteiras. Um exemplo disso foram as imagens de atrocidades feitas aos soldados iraquianos pelos soldados norte-americanos, enviadas via *Internet* para o mundo todo. Talvez seja por isso que há uma crescente oligopolização do poder do noticiário pelas grandes corporações em todo planeta, com o objetivo de conquistar a opinião pública internacional, considerada por Steinberger (2005) como ator geopolítico de importância crescente, que opõe aos interesses dos governantes e empresas.

Conforme as idéias de Steinberger (2005), de que o poder da mídia cria, segundo os canais competentes, uma imagem de mundo como estratégia geopolítica, poderemos concluir que tais avanços darão um poder maior aos empresários da mídia e seus patrocinadores. Isso porque a capacidade de transmissão poderá ampliar ainda mais a capacidade de persuasão das práticas sociais, mas em contraponto, o acesso, por parte das Organizações Não-Governamentais anti-globalização dessas tecnologias, poderá servir de apoio na divulgação de discursos sociais opostos aos juridicamente instituídos. Vale ressaltar que essas tecnologias lançadas no mercado são caras, principalmente nos países do sul.

Até aqui compreendemos, em parte, o papel das novas tecnologias a serviço dos meios midiáticos, que se servem aos interesses da elite global em um contínuo processo de apropriação e manipulação das “práticas sociais” (STEINBERGER, 2005). No

entanto, o que pretendemos é demonstrar que, no campo da Geografia Política, a mídia transnacionalizada representa diferentes formas de poder, como por exemplo, o poder dos Estados, dos empresários, dos grupos sociais, e um número grande de comunidades, ou seja, de “atores diversos que buscam impor em seus discursos” uma relativa intensidade de poder (FONT; RUFÍ, 2006).

E a mídia legitima tais discursos? Talvez inicialmente por uma ordem de poder e de contexto social, mas há aqueles que, via *internet* e movimentos sociais, conectados em rede, vêm rompendo as fronteiras do poder legalmente instituído à mídia, a qual ainda não se abre totalmente para o social. Como exemplo, temos o exército Zapatista, que, via *e-mail*, expõe sua visão contra o mundo globalizado, por meio de um *site* específico, para se comunicar com os canais abertos em todo o mundo. Um deles é a revista *Lê Monde Diplomatique*, da França, justificam Font; Rufi (2006). Concordamos, portanto, com João Pedro Stedile que, ao elaborar o prefácio do livro *Swournalismo: a notícia como espetáculo*, de José Arbex Jr., sugeriu: “[...] a mídia deveria cumprir uma função social da maior relevância, como instrumento de informação cultural, debate e crítica em consonância com os mais legítimos interesses da nação” (STEDILE, in: ARBEX JR, 2001, p. 15-17).

ABSTRACT

In this paper we want to understand a little of the transformations that the world has undergone in the last four decades. This will be done under optical Political Geography and geopolitical strategies. We also include the relationship between the geographic specialization in the world today, taking into account the following themes: globalization, identity and technological advancement, information, media and power. To partially understand the complexity of today's world will be required to delineate aspects analyzed by Political Geography.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX JR., José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.
- _____. “Mídia reflete crise do império”. *Revista Caros Amigos* – São Paulo: ano VII, n.73, p.18, Casa Amarela, 2003.
- BECHER, Bertha k. “A Geografia na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 271-307.
- CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, João Alves. *O papel social da Geografia*. Texto apresentado na Semana do Geógrafo – UEG-UUC. Cidade de Goiás, 2006. 16 fls.
- _____. *Geografia a Prática de Ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

- CHOMSKY, Noam. *A política externa dos Estados Unidos: da segunda Guerra Mundial a 2002*. A cartilha n. 14 – UNESP. 1 ed. Fevereiro 2005.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CROCETTI, Zeno Soares. *Neoliberalismo e Globalitarismo*. Texto apresentado ao seminário de Geopolítica na cidade de Recife, 2002. 16 p.
- DIZARD JR, Wilson. *Tecnologias da Nova Mídia: as redes e Comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 19- 99.
- FELINTO, Marilene. “Silêncio: pelos mortos iraquianos, pelo ex-namorado na guerra”. *Revista Caros Amigos* - São Paulo: ano X, n.120, p.7, Casa Amarela, 2007.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicent. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOBBSAWM, Erik. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MAGNOLI, Demétrio. *O mundo contemporâneo: Relações internacionais - 1945-2000*. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista – Moderna, 1997.
- RATZEL, Friedrich. *O solo, a sociedade e o Estado*. In. GOMES, F. et al. Tradução de Mario Antonio Enfrásio.
- ROCHA, G. O. R. *A política do conhecimento oficial e a nova geografia dos (as) professores (as) para as escolas brasileiras*. O ensino de Geografia segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais. 2001. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA. M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STEINBERGER, Margareth Born. *Discursos Geopolíticos da Média: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC/FASP/,Cortez, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. “Tecnologias da Informação e da Comunicação e Educação Geográfica”. In. *Temporis [ação]* – Revista da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina. VI, 10 f. 1998. Cidade de Goiás-GO, 2006.
- PIRES, Francisco Hindenburgo. “Ethos” e mitos do pensamento único globalizado. *Revista Terra Livre* - São Paulo, n.16, p. 153-168, 2001.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. Vânia R. F. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva Histórica. In. VESENTINI, José William (Org.) *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004. p. 187-218.